

SINDILEX



Fique por
entro

25 de março de 2025 | n° 110

Alerta no Setor Público: 87% das Prefeituras Paulistas Falham em Eficiência, Revela TCE/SP



VEJA NESTA EDIÇÃO

- Curso gratuito: Marcuse e a Escola de Frankfurt
- Pública participa do Seminário da Frente Parlamentar em Brasília
- Assembleia Geral Ordinária Sindilex: Aprovação de Contas do Exercício de 2024

AGENDA E EVENTOS IMPORTANTES

CARNAVAL**03, 04, 05 DE MARÇO****SEGUNDA****10 DE MARÇO**

I Fórum de Sistemas de Integridade

O vice-presidente Daniel Santos acompanhou o Fórum Internacional de Sistemas Integridade, que visa reunir especialistas do Brasil e do mundo para debater boas práticas de transparência e governança pública. O evento contou com presença do colegiado do TCM, de várias autoridades brasileiras de diversos poderes, além de representantes internacionais de diversos países. O evento contou, ainda, com a solenidade de entrega do Colar de Mérito "Prefeito Brigadeiro Faria Lima" a **Luís Roberto Barroso**, ministro e presidente do Supremo Tribunal Federal (STF).

TERÇA**11 DE MARÇO**

Colégio de Líderes

O presidente, Miguel Lima, o vice-presidente, Daniel Santos e o secretário geral Marcos Alcyr acompanharam a reunião do Colégio de Líderes da Câmara Municipal de São Paulo. A reunião do Colégio de Líderes ocorre todas as terças-feira, às 14 horas no 8º andar da Câmara Municipal de São Paulo.

QUINTA**13 DE MARÇO**

Reunião da Pública Central do Servidor

O vice-presidente Daniel Santos e o diretor de esportes Eduardo Carrion participaram da reunião da Pública e, sob a coordenação do presidente José Gozze, debateram a seguinte pauta resumida:

a) Informes;

b) Pautas:

1. Encontro da Diretoria e Entidades em Brasília nos dias 25, 26 e 27 de março para visita aos Gabinetes dos Deputados;
2. PEC 6/24 (PEC 555);
3. Descongelamento;
4. RJU - Regime Jurídico Único;
5. Coleta de assinaturas de apoio à proposta de PEC da Deputada Luciene Cavalcante sobre RJU;



1ª aula do Curso do MovE

O presidente Miguel Lima, o vice-presidente Daniel Santos, o secretário geral Marcos Alcyr e o diretor de esportes Eduardo Carrion participaram do curso “Como debater com quem quer que o Estado acabe?”. O curso teve sua Aula 1 com o tema “O papel do Estado no fortalecimento da cidadania “ que contou com a palestra do Professor Dr. Camilo Onoda Caldas.

SEXTA

14 DE MARÇO

Reunião com o Presidente da Câmara

O presidente Miguel Lima, o vice-presidente Daniel Santos, o vice-presidente Mário Horta e a diretora de CLTs, Vera Nice estiveram reunidos com o Presidente da Câmara Municipal de S.Paulo, vereador Ricardo Teixeira, para se apresentarem como representantes do Sindilex e para apresentarem a Pauta da Data Base/2025.



Evento online em comemoração ao Dia Internacional da Mulher

O presidente Miguel Lima, o vice-presidente Daniel Santos e o diretor de esportes e presidente da Fenalegis Eduardo Carrion participaram da live “As consequências das guerras para a mulher”, mediada pela diretora de comunicação do Sindilex e diretora da Mulher da Pública Central do Servidor, Sônia Alves, e com o debate realizado pela Dra. Taylisi Leite e Ângela Lobo, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, organizado pela Pública Central do Servidor e pelo Sindilex.



SEGUNDA

17 DE MARÇO

Reunião de Diretoria

Sob a coordenação do presidente Miguel Lima, os diretores do Sindilex participaram da reunião de diretoria que debateu a seguinte pauta:

- Data Base 2025.

Presença do Sindilex no evento de condecoração do presidente da Pública José Gozze na ALESP

A diretora de comunicação do Sindilex e diretora da Mulher da Pública Central do Servidor representou o Sindilex no evento de celebração da entrega do prêmio “Colar de Honra ao Mérito Legislativo” ao presidente José Gozze, realizado no Plenário da Assembleia Legislativa de S.Paulo, de iniciativa do deputado Carlos Giannazi (PSOL), e discursou no púlpito, dirigindo elogios ao trabalho do presidente José Gozze.



TERÇA

18 DE MARÇO

Visita ao TCM

O vice-presidente Daniel Santos e o secretário geral Marcos Alcyr estiveram no TCM conversando com os servidores sobre as demandas da categoria.

Colégio de Líderes

O presidente, Miguel Lima acompanhou a reunião do Colégio de Líderes da Câmara Municipal de São Paulo e, posteriormente visitou diretores da Câmara, a fim de viabilizar os itens da Pauta da Data Base/25.

QUARTA

19 DE MARÇO

Plantão no TCM

O vice-presidente Daniel Santos realizou o plantão do Sindilex no TCM, momento em que dialogou com os servidores e acompanhou a Sessão Plenária do Tribunal.

Encontro da Conacate em homenagem ao Dia da Mulher

O diretor de esportes e presidente da Fenalegis, e o diretor de assuntos intersindicais do Sindilex, Antônio Carlos Fernandes de Lima Jr., participaram do evento organizado pela Conacate em homenagem ao Dia Internacional da Mulher com o tema “Os Desafios do Protagonismo Feminino no Serviço Público”. O evento ocupou dois dias, foi realizado em Porto Alegre e contou com a presença de Amauri Perusso, presidente da Fenastc.



QUARTA

19 DE MARÇO

Aula 1 do curso da Escola de Contas “Marcuse e a Escola de Frankfurt”

Ministrada pelo secretário geral do Sindilex, Marcos Alcyr, o curso foi realizado totalmente online. A aula contou com a participação do vice-presidente Daniel Santos e terá uma sequência de mais 3 aulas sendo dias 26/03, 02 e 09/04/25.

SEXTA

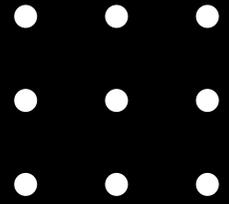
21 DE MARÇO

Reunião com o escritório Innocenti

O presidente Miguel Lima e os diretores Anne Tobos, Aldo Cuomo, Daniel Santos, Bruno Basso e Aline Ceresino participaram da reunião híbrida com o escritório de advocacia Innocenti que debateu principalmente a Ação da Migração ao Sampaprev.

Reunião da Comissão Paritária

O presidente Miguel Lima, o vice-presidente Daniel Santos, o secretário geral Marcos Alcyr e a diretora dos CLTs Vera Nice participaram da reunião da Comissão Paritária que, sob a coordenação do presidente Josivaldo (CMSP), debateram os pontos da Pauta da Data Base/25.



EVENTOS IMPORTANTES

Ainda dá tempo! Mesmo que o curso já tenha começado, garanta sua vaga e recupere a aula que você perdeu.



[CLIQUE AQUI PARA SE INSCREVER](#)

CURSO GRATUITO

CURSO ONLINE

Marcuse e a Escola de Frankfurt

19, 26/03 e
02 e 09/04/2025



**CURSO
AO VIVO**

Das 19h00 às 21h30
quartas-feiras / 4 aulas

CERTIFICADO INCLUSO

CONDUZIDO POR



Prof. Marcos Alcyr Brito de Oliveira
Doutor em Filosofia do Direito pela USP.
Secretário Geral do Sindilex e
professor de Filosofia do Direito.

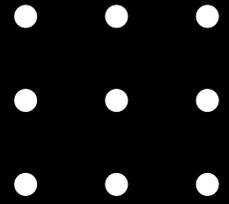


Scaneie o QR Code
para fazer sua inscrição!

**GARANTA JÁ
A SUA VAGA!**



Escola Superior de Gestão
e Contas Públicas
TCMSP



INFORMES IMPORTANTES



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA *online*

PARTICIPE!

PAUTA

**Aprovação de
Contas
Exercício 2024**



**DATA
31/03**



**HORÁRIO
19H00**

em primeira convocação

19H30

em segunda convocação



[Acesse o zoom pelo
QR Code ou no link abaixo](#)

☎ (11) 3104.1023 📞 (11) 99607.9578

✉ sindilex@sindilex.org.br

SINDILEX
SINDICATO DOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL E
DO TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

[Clique aqui para acessar o Zoom](#)





SINDICALISMO PELO BRASIL

Pública participa do Seminário da Frente Parlamentar em Brasília



Imagem: Reprodução

A Pública Central do Servidor foi protagonista no Seminário do Regime Jurídico Único, realizado pela Frente Parlamentar Mista do Serviço Público da Câmara dos Deputados Federais, em Brasília, coordenado pela deputada Alice Portugal (PCdpB-BA) presidenta da Frente.

O evento, que aconteceu na terça-feira, 11/03, reuniu especialistas, parlamentares e representantes do funcionalismo público para analisar as implicações jurídicas, administrativas e sociais da Emenda Constitucional 19/98 e da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 2135.

O seminário contou com a participação de deputados federais como Rogério Correia (PT-MG), Tadeu Veneri (PT-PR), Lídice da Mata (PSB-BA), Reimont (PT-RJ), Leonardo Monteiro (PT-MG) e Professora Luciene Cavalcante (PSOL-SP).



Imagem: Reprodução

A discussão do evento se focou na Emenda Constitucional 19/1998, recentemente validada pelo Supremo Tribunal Federal, que extingue a obrigatoriedade do RJU e dos planos de carreira, permitindo a contratação de servidores pelo regime celetista, sem a estabilidade atualmente garantida.

Em resposta a essa decisão do Supremo, a deputada Luciene Cavalcante apresentou a PEC do Regime Jurídico Único (ainda sem numeração), elaborada a partir de uma sugestão da Pública. A PEC visa garantir maior estabilidade e imparcialidade aos servidores no exercício de suas funções.

[Leia mais clicando aqui](#)



LEGISLATIVOS PELO BRASIL

Com atraso de mais de 3 meses, o Congresso Nacional aprova proposta de Orçamento de 2025

Projeto da Lei Orçamentária Anual foi aprovado por deputados e senadores; texto segue para sanção presidencial



O Congresso Nacional aprovou o projeto do Orçamento de 2025 (PLN 26/24) com um superávit previsto de R\$ 15 bilhões, sendo que a meta para o ano é de déficit zero. O texto original do Poder Executivo citava R\$ 3,7 bilhões de superávit após as deduções permitidas.

O projeto foi aprovado depois que o relatório final do senador Ângelo Coronel (PSD-BA) foi divulgado na madrugada desta quinta-feira (20) e votado na Comissão Mista de Orçamento (CMO) no começo da tarde. O texto seguirá agora para a sanção presidencial.

Teto de despesas

O teto de despesas para 2025 é de R\$ 2,2 trilhões, estipulado pelo arcabouço fiscal ([Lei Complementar 200/23](#)). A regra estabelece correção do teto por 70% do aumento real – acima da inflação - das receitas com limite de 2,5%.

Os resultados fiscais esperados para o ano excluem a despesa com precatórios, de R\$ 44,1 bilhões, dedução que foi permitida pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

A meta fiscal para o ano é de equilíbrio entre receitas e despesas, portanto, déficit zero. Mas o arcabouço fiscal admite um déficit de até R\$ 31 bilhões para 2025.

Críticas

Para o senador Rogério Marinho (PL-RN), o Orçamento não está ajustado porque os recursos para benefícios previdenciários estão subestimados em R\$ 11 bilhões. Ele também disse que estão previstos R\$ 28 bilhões de receitas extras com julgamentos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, o que não seria realista.

Já o deputado Tarcísio Motta (Psol-RJ) disse que o texto garante mais recursos para saúde, educação, investimentos e recomposições salariais. Mas criticou o crescimento das emendas parlamentares impositivas. “O aumento das emendas impositivas é maior que o aumento dos recursos para a educação”, afirmou.

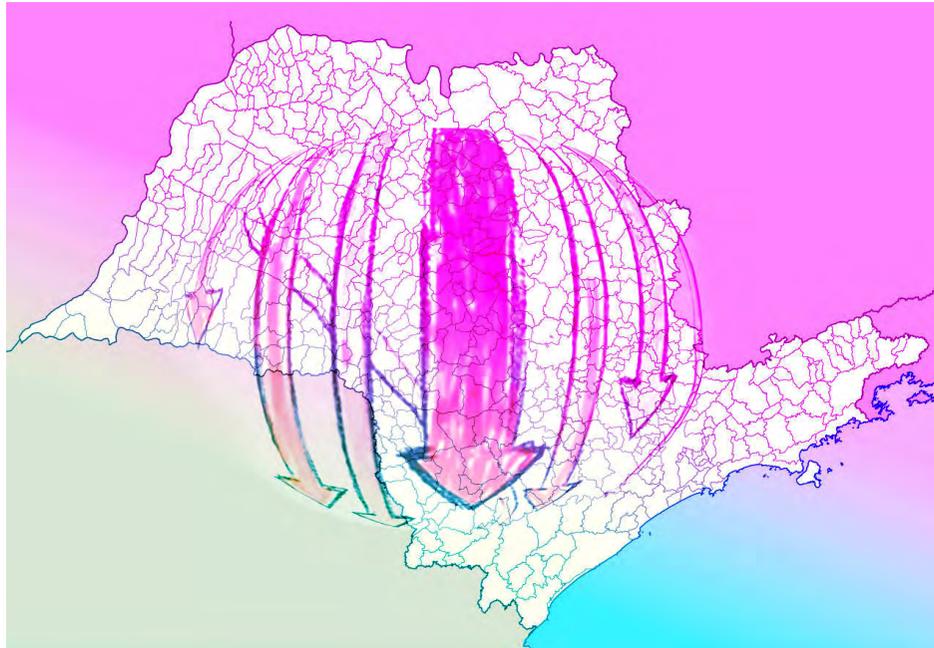
Fonte: Agência Câmara de Notícias

[Leia mais clicando aqui](#)

TRIBUNAIS DE CONTAS PELO BRASIL



87% das administrações municipais em SP são ineficazes, aponta levantamento do TCE/SP



Um levantamento do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) revelou que apenas 13% dos municípios paulistas têm administrações consideradas efetivas. O Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) de 2024, divulgado na quarta-feira (12/02/2025), mostrou que 87% das prefeituras do estado apresentam baixo nível de adequação em suas gestões.

Dados alarmantes

O IEGM, criado em 2025, avalia sete índices temáticos: Planejamento (i-Plan), Fiscal (i-Fiscal), Saúde (i-Saúde), Meio Ambiente (i-Amb), Educação (i-Educ), Proteção dos Cidadãos (i-Cidade) e Tecnologia (i-Gov TI).

De acordo com o relatório, apenas 78 municípios (13% do total, excluindo a capital) receberam a nota B, considerada efetiva. Outros 223 obtiveram a nota C+ (em fase de adequação), e 343 foram classificados com a pior nota, C (baixo nível de adequação). Nenhuma administração alcançou as notas B+ ou A, que indicam gestões muito efetivas e altamente efetivas, respectivamente.

Impactos para a população

Os resultados do IEGM destacam a necessidade de melhorias urgentes em áreas críticas como Saúde e Meio Ambiente, que impactam diretamente a qualidade de vida dos cidadãos. A falta de efetividade no Planejamento e na gestão fiscal também preocupa, já que compromete a capacidade dos municípios de investir em infraestrutura e serviços essenciais.

Próximos passos

O TCESP reforçou a importância de os municípios adotarem medidas para melhorar a eficiência de suas administrações. O órgão também sugeriu a criação de planos de ação específicos para as áreas mais críticas, com foco em transparência, fiscalização e investimentos estratégicos.

Enquanto isso, a população aguarda ações concretas para reverter esse cenário e garantir uma gestão mais eficiente e transparente em todo o estado.

Fonte: Portal do TCE-SP

[Leia mais clicando aqui](#)

TEXTOS CRÍTICOS



Imagem meramente ilustrativa. FreePik

Neoliberalismo, políticas públicas e desigualdade: Uma análise principalmente do Brasil

Rose Mary Menchise, Universidade Federal Fluminense

Diogo Menchise Ferreira, Universidade Federal Fluminense

Antón Lois Fernandes Álvarez, Universidade de Vigo, Espanha

INTRODUÇÃO

No final dos anos de 1970, como um meio para chegar ao objetivo de liberalizar definitivamente a economia e estabelecer no setor público e na sociedade os princípios essenciais do neoliberalismo, houve uma grande mudança de paradigma e enormes esforços para incorporar estruturas privadas e sistemas de organização empresariais nas instituições estatais. Não existe grande

controvérsia¹ em assinalar os mandatos de Ronald Reagan e Margaret Thatcher como os principais responsáveis pela implementação de novas políticas de cunho liberal marcado com objetivos desreguladores e de redução drástica do gasto público e da presença pública no mercado. Assim, causou o rompimento com o Estado de bem-estar social e com a social-democracia que tinham dominado a esfera ocidental desde o final da Segunda Grande Guerra.

Essas políticas neoliberais continham princípios e valores de eficácia e eficiência e, até mesmo, incutiam sobre o indivíduo, que passava por constantes avaliações de desempenho sob a exigência de uma produtividade sempre crescente, uma obrigação interna e externa de superação contínua dos seus limites. Havia toda uma disciplina de incentivar a concorrência, sendo um sistema normativo que influencia no mundo inteiro até hoje, estendendo a lógica do capital nas relações individuais, empresariais e instituições. A pressão e a imposição metódica desses princípios continuam vigorando ainda mais intensos após a crise financeira e econômica iniciada em 2007.

O presente trabalho objetiva se envolver com a análise conceitual e ontológica do neoliberalismo para examinar as suas consequências nos âmbitos social e econômico. O estudo parte da hipótese de que as políticas neoliberais trouxeram como consequência o incremento da desigualdade social, violência urbana, aumento da pobreza, a precarização do trabalho e a diminuição das políticas públicas e sociais no mundo ocidental, com especial incidência no Brasil.

O objeto do nosso estudo é o Estado de bem-estar social com seu desdobramento na história; o neoliberalismo e seu conceito por diferentes autores renomados no assunto que citaremos no desenvolver do artigo; o Estado no âmbito das teorias e práticas políticas; as instituições financeiras com seus poderes cada vez maiores em influenciar os governos; e a desigualdade social, principalmente no Brasil, que é o resultado final quando as políticas públicas mostram efetividade ou não. Mostramos também o que esses conceitos têm em comum entre si e em relação à economia e aos empregos formais e informais.

Buscamos como objetivo principal demonstrar como a implementação das políticas socioeconômicas neoliberais (em destaque, as políticas de austeridade, a diminuição de direitos previdenciários e a precarização do trabalho) acabaram desembocando em uma maior incidência da desigualdade social com especial ênfase no Brasil. Examinando os últimos trinta anos após a promulgação da Constituição Federal, vemos que apesar do enorme esforço em políticas sociais e gastos públicos do governo Lula e do início do governo Dilma, os quais tiveram efeitos somente paliativos com resultados positivos em seus próprios governos, não conseguiram manter uma estrutura social sólida e permanente para que a população de baixa renda não sofresse com mudanças políticas em governos futuros.

Leia a íntegra [clikando aqui](#)

Nota: Os artigos representam a opinião dos autores e não necessariamente a opinião da Diretoria do Sindilex.



Desmontando argumentos equivocados contra a Auditoria Cidadã da Dívida

por Miguel Bruno

Estudo a financeirização da economia brasileira desde minha tese defendida em 2005. Já ouvi de algumas pessoas que se consideram de esquerda que "não há necessidade de se auditar a dívida pública interna porque todos os dados sobre ela são sempre publicados com transparência pelo Banco Central do Brasil." Ora, que tipo de esquerda é essa que acredita que o Estado burguês-capitalista possui transparência total em tudo o que faz e por isso disponibiliza seus balanços fiscais e financeiros completos a todos os seus cidadãos interessados? E por esta razão, não há nenhuma necessidade de se auditar a dívida pública, basta analisar os dados do Banco Central e do Tesouro Nacional.

Além disso, o argumento de que a auditoria da dívida provocaria aumento das taxas de juros não se sustenta, pois há sempre a possibilidade de o BCB agir seja emitindo moeda, seja desfazendo grande parte das chamadas "operações compromissadas" e até reativando controles de capital para evitar a saída de dólares do país. Para isso que também serve uma política monetária expansionista que tenderia a reduzir as taxas usurárias de juros praticadas pelos grandes bancos.

Além do impacto político positivo, pois conscientizador da população brasileira que desconhece os processos institucionais de reprodução da dívida pública interna como principal eixo da acumulação rentista-financeira, a auditoria seria capaz de mostrar como a emissão de títulos da dívida pública interna brasileira tornou-se um eficiente mecanismo de captura do Estado nacional,

em conformidade com a lógica da financeirização da economia.

A posse de títulos da dívida pública permite às elites rentistas e proprietárias de bancos controlar a política fiscal e monetária, o que reduz drasticamente a autonomia do Estado para implementar políticas econômicas contracíclicas e de desenvolvimento econômico.

Por outro lado, se toda dívida é passível de auditoria, por que a dívida pública brasileira não o seria? Ser contra a auditoria é já assumir uma postura tendenciosa. E do meu ponto de vista como economista e estudioso da financeirização da economia brasileira há mais de 20 anos, lamento as posturas que negam a pertinência dos trabalhos da Auditoria Cidadã da Dívida (ACD), pois seriam capazes de expor ao povo brasileiro o significado do endividamento público interno capitalizado e reproduzido com base na maior taxa real de juros do mundo.

A dívida pública interna tornou-se essencialmente um instrumento de acumulação rentista com taxas de juros anômalas para transferir recursos do orçamento público para as elites rentistas e proprietárias dos grandes bancos. Com esse objetivo rentista, o endividamento público interno brasileiro tem mantido a liquidez da economia muito baixa, o que encarece o crédito para consumo e para investimento produtivo (formação bruta de capital fixo, isto é, máquinas, equipamentos, instalações e infraestruturas). Trata-se, portanto, de uma dívida estritamente financeira com objetivos de reproduzir a acumulação rentista obstaculizando o desenvolvimento brasileiro. A população precisa ter consciência disso e a ACD certamente contribuiria para revelar e denunciar esse processo.

Miguel Bruno é Dr. em Ciências Econômicas pela EHESS-Paris e pelo IE-UFRJ

Acesse a fonte [clikando aqui](#)

Nota: Os artigos representam a opinião dos autores e não necessariamente a opinião da Diretoria do Sindilex.

TOTALPASS

CONHEÇA O PLANO GRÁTIS DA TOTALPASS!

Com o TP Free, você tem acesso a:

TOTAL PLAY

Nossa plataforma online com mais de 700 treinos, 20 modalidades, receitas fit, meditação e yoga.

zen

Um aplicativo de meditação guiada com mais de 400 áudios disponíveis.

Essa é a sua chance de experimentar a TotalPass (e se apaixonar!) ❤️

Acesse o link ou aponte a câmera do seu celular para o QR Code e **faça seu cadastro:**

TP Ainda não tem o app TotalPass?

Faça o download na Google Play ou App Store.



bit.ly/oplicativo-totalpass

*O cadastro vai pedir seu cartão de crédito, mas não se preocupe, nenhum valor será cobrado.

#VEMTOTALIZAR

Clube de
DESCONTOS
Seu Sindicalizado

SINDILEX
SINDICATO DOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL E
DO TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

[Saiba mais sobre o Total Pass clicando aqui](#)

MASSOTERAPIA

ADRIANA VALÉRIA RIBEIRO



Melhores benefícios da
*Drenagem
Linfática*

1. Redução de inchaços e edemas;
2. Eliminação de toxinas acumuladas;
3. Melhora a circulação, contribuindo para uma pele mais saudável;
4. Alívio de dores musculares;
5. Redução da celulite ao melhorar a circulação e reduzir o surto;
6. Relaxamento e redução de estresse;
7. Fortalecimento do sistema imunológico;
8. Melhora a digestão, pois ajuda na movimentação do sistema digestivo

AGENDE SUA CONSULTA: (11) 3104.1023

ESTÉTICA AVANÇADA

DRA. MARGARETE HAMAMURA

- Tricologia
- Estética Facial
- Harmonização Facial
- Estética Corporal
- Fios Tecnológicos
- Eletroterapias
- Intradermoterapia



MEDICINA TRADICIONAL CHINESA

- Acupuntura Tradicional
- Acupuntura Estética
- Moxabustão
- Ventosas
- Laserpuntura
- Eletroacupuntura
- Auriculopuntura



AGENDE SUA CONSULTA: (11) 3104.1023

AÇÕES JUDICIAIS

Acompanhe as matérias com ações judiciais em andamento e outras possíveis de se ingressar

Atenção servidor, fique atento ao seu saldo do PASEP



Ação PASEP

Programa de formação do Patrimônio do Servidor Público

Histórico

No início do mês de outubro, o Superior Tribunal de Justiça no Tema 1.150, fixou teses sobre a responsabilidade do Banco do Brasil por saques indevidos ou má gestão dos valores em contas vinculados ao PASEP.

Portanto, aqueles que se tornaram servidores públicos antes da promulgação da Constituição Federal de 1988, podem ter direito à restituição de quantias significativas se forem detectadas irregularidades em seus extratos de conta PASEP.

Finalidade da Ação

A ação visa o ressarcimento de danos ocorridos em razão do desfalque em conta individual vinculada ao PASEP.

Perguntas e respostas sobre o PASEP

1) Existe data-limite para ingressar com a ação?

- Não existe limite. O prazo prescricional vai começar a correr após a entrega dos documentos pelo banco.

2) Os filhos podem entrar em nome de pais falecidos?

- Os filhos podem entrar com a ação em nome dos pais falecidos. A dificuldade que eles podem encontrar é de obter o extrato do PASEP junto ao Banco do Brasil.

Honorários

1) Análise do extrato e verificação da existência de saldo a ser cobrado na ação:

- R\$ 500,00 para filiado Sindilex
- R\$ 600,00 para não filiado Sindilex

2) Se houver saldo:

2.1) Ajuizamento da ação:

- R\$ 500,00 para filiado Sindilex
- R\$ 600,00 para não filiado Sindilex

2.2) 20% do valor a ser recebido.

Procedimento

1) Solicitar extrato da conta PASEP junto ao Banco do Brasil:

- **Requerimento Extratos do PASEP:**

Obs: Para os períodos anteriores a 1999, solicitar extrato ao Banco do Brasil em formato microfilmado.

2) Encaminhar extrato para o Sindilex:

Email: sindilex@sindilex.org.br

Whatsapp: (11) 96607-9578

3) Documentação adicional

- **Contrato de consultoria dos cálculos (fase preliminar)**

[Clique aqui para acessar o formulário \(filiado ao Sindilex\)](#)

[Clique aqui para acessar o formulário \(não filiado ao Sindilex\)](#)

- **Procuração**

[Clique aqui para acessar o formulário](#)

- **Contrato de serviços advocatícios**

[Clique aqui para acessar o formulário \(filiado ao Sindilex\)](#)

[Clique aqui para acessar o formulário \(não filiado ao Sindilex\)](#)

- **Documento de identidade (RG) e CPF**

- **Comprovante de endereço**

Painel de Ações Judiciais em andamento

O Sindilex impetrou várias ações coletivas e individuais, visando defender os interesses dos servidores da categoria.

[Para mais detalhes, veja o resumo e acompanhe o status atualizado das ações clicando aqui](#)



Este foi o boletim Sindilex com as últimas atualizações e informações relevantes. Para manter-se sempre informado e participativo, não deixe de nos acompanhar. Além disso, estamos abrindo um canal especial para perguntas e sugestões, reforçando nosso compromisso com a transparência e a participação de todos. Compartilhe suas ideias e contribua para um Sindilex ainda mais representativo. Aguardamos o seu contato!

Ousar lutar, ousar vencer.

Visite nosso site www.sindilex.org.br e saiba mais